

## ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU

### ➤ Reunião de Apresentação à Presidência do TRT 4ª Região

Aos quinze dias do mês de dezembro de 2014, às 15 horas, no Salão Nobre da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, realizou-se reunião de apresentação do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau à Presidência deste Tribunal. Estiveram presentes a **Desembargadora Cleusa Regina Halfen**, Presidente do TRT da 4ª Região; **Desembargador Francisco Rossal de Araújo**, Coordenador do Comitê; **Juiz Ricardo Fioreze**; **Juiz Marcelo Bergmann Hentschke**; e os servidores **José Américo Ilha de Quadros** e **Gabriel Pacheco dos Santos**. Des. Cleusa deu início à reunião comentando sobre sua participação no Fórum de Relações Administrativas, ocorrido na sede da Amatra IV na última sexta-feira, 12 de dezembro: relatou a Presidente algumas manifestações dos magistrados lá presentes, referindo, em termos gerais, aquelas que mencionaram as dificuldades com o PJe e deficiência de pessoal e infraestrutura, bem como que foi divulgado na oportunidade o interregno de implantação previsto para o PJe em 2015, que se estende de março a outubro do próximo ano. A Des. Cleusa deu seguimento colocando-se à disposição para colaborar com o Comitê, com a disponibilização de informações e dados que sejam necessários ao trabalho planejado e passou a palavra ao Des. Francisco Rossal. Registrou o coordenador: que a reunião foi agendada no intuito do Comitê apresentar-se formalmente à Presidência e que será feita reunião também com a Desembargadora Beatriz Renck, Corregedora-Regional; que já foi realizada a primeira reunião do Comitê, em 09 de dezembro, oportunidade em que estabelecido cronograma de trabalho e agendadas as duas próximas reuniões, para 09 e 23 de fevereiro de 2015; que a preocupação inicial do Comitê refere-se ao cumprimento dos prazos da Resolução 194 com o CNJ, para o que havia planejado fazer uma comunicação ao Conselho narrando o processo de constituição do Comitê. A Presidente informou que a comunicação sobre a constituição do Comitê foi encaminhada pela Presidência ao CNJ em 02 de dezembro e que não é necessário o Comitê prestar essa informação. Dando seguimento às suas considerações, o Des. Francisco informou que o Comitê pretende estudar seus temas de interesse antes das reuniões agendadas para fevereiro. Des. Cleusa registrou que todas as solicitações e manifestações do Comitê devem ser feitas por *e-mail*,

endereçados a ela e a Secretaria-Geral da Presidência, e enfatizou que essa via é prática e efetiva e que a Presidência subsidiará o Comitê no que for necessário. Noticiou a existência de dois processos administrativos que tratam do tema das lotações: o primeiro, que trata das lotações das unidades judiciárias e fora encaminhado para a Amatra, em atendimento à solicitação feita por aquela associação no início do ano; e o segundo, que trata da lotação das unidades de apoio direto e indireto ao primeiro e segundo graus, onde está discriminada toda a composição das unidades administrativas. Informou que este último PA é recente. Esclareceu o Juiz Fioreze que o expediente que trata da lotação nas unidades administrativas decorreu da demanda da Meta Nacional 3, do CNJ, que trata da distribuição da força de trabalho. Des. Cleusa comentou que os expedientes trazem bastante material para exame do Comitê e informou que, no início de 2015, a AGE fará análise de fluxo de alguns setores que, em exame superficial, são considerados de lotação elevada, mas que necessitam de análise mais aprofundada para avaliar se as atividades e a distribuição da força de trabalho estão adequadas. Referiu análise já efetuada na Assessoria de Recurso de Revista pelo Juiz Fioreze, a qual foi considerada adequada, sendo constatado que há carência de servidores naquela unidade. Referiu que a análise de fluxos traz argumentos para eventual remanejo ou manutenção da força de trabalho nos setores. Comentou que as informações podem ser levadas ao Comitê para análise. Referiu, em linhas gerais, diversos setores que estão em processo de mudança em decorrência do PJe que poderiam ser tema de análise, tais como a Distribuição, Protocolo, Secretarias de Turma. Comentou que esta transição está sendo monitorada pela Administração. Devolvida a palavra ao Des. Francisco, este reiterou que a reunião tinha como objetivo a apresentação e a disponibilização da colaboração do Comitê e que na próxima reunião, em fevereiro, o trabalho será iniciado. Des. Cleusa comentou que seu intuito era apresentar alguns dados e também designar tema para trabalho para o Comitê: solicitou a análise dos critérios para a cedência de servidores por este Tribunal. Registrou a Presidente que a questão dos cedidos está pendente de estudo e que os critérios não estão devidamente estabelecidos, o que resulta em deferimento de todos os pedidos e cria situação difícil para o Tribunal. Os números atuais são os seguintes: servidores afastados para tratar de interesse particular - 30; cedidos - 17, aos quais somaram-se 02 após a última sessão do Órgão Especial (total: 19); removidos para acompanhar cônjuge - 04; removidos pelo "artigo 15" (ato 20

do CSJT – opção de permanência de cedidos) – 06; removidos pelo Concurso Nacional de Remoção (2010) – 12; removidos *de ofício* – 06; removido por motivo de saúde – 01; Total de servidores afastados: 76. Informou que o déficit em razão dos parâmetros da Resolução 63 é de 79 servidores (falta esse número de servidores no quadro para que a 4ª Região atenda à Resolução 63). O déficit total do TRT4, portanto, é de 155 servidores. Sugeriu a Presidente que o Comitê elabore minuta de Resolução para encaminhar ao Órgão Especial limitando o número de cedências, em critério que o Comitê entenda compatível. Informou que entendia adequado o critério de “130%” (ex: havendo 10 cedidos em exercício no regional, o limite para os cedência para outras regiões seria de 13 servidores). Juiz Marcelo perguntou sobre o número de cedidos em exercício na 4ª região. A Presidente informou que são poucos e que o número de cedidos para outros estados é alto. Citou Santa Catarina como exemplo, que possui 12 servidores cedidos para aquela região. Adicionalmente ao estudo das cedências, referiu as seguintes propostas para estancar o problema de déficit de servidores em exercício: negar as permutas, em razão de seu caráter precário, pela possibilidade de “quebra” em razão, por exemplo, de exoneração de servidor para assumir outro cargo; bem como aceitar apenas pedidos de redistribuição, pois esta permite a manutenção do cargo. Juiz Marcelo questionou se não há regulamentação geral no país a respeito dos temas propostos para o Comitê. Des. Cleusa informou que não há, cabendo a cada região estabelecer seus critérios e comentou que entende que o estabelecimento de critérios não impede que casos especiais, devidamente justificados, não sejam atendidos. Informou, também, que o Comitê Gestor de Priorização do Primeiro Grau irá compor o Comitê de Orçamento, de que trata a Resolução 195, do CNJ. Farão parte deste último Comitê, ainda, representante da Comissão de Orçamento do TRT4, um ou dois servidores da Seção de Orçamento do TRT para subsidiar os componentes do Comitê e auxiliar tecnicamente nas discussões, e indicados pela Amatra e pelo Sintrajufe. Informou que o Comitê de Orçamento será constituído no início de 2015. Des. Francisco registrou a solicitação das informações sobre as lotações, constantes dos processos administrativos mencionados ao início da reunião pela Presidente. Juiz Marcelo solicitou dados sobre o ajuizamento de ações e a evolução da demanda ano a ano e o número de execuções encerradas, pois este último dado não consta mais do IMC. Juiz Fioreze mencionou que alguns dados podem ser obtidos diretamente com a Assessoria de Gestão Estratégica, não sendo necessário o

trâmite pela Presidência para sua solicitação. Juiz Marcelo esclareceu que os dados sobre execução devem trazer o número de processos baixados e mencionou que tem examinado dados de algumas unidades e de outros regionais, onde observado um aumento de demanda de 30% no número de ações ajuizadas. Des. Cleusa destacou dados que entende importantes para o Comitê sobre o número de servidores no quadro do TRT4: o quadro hoje conta com 3540 servidores, mas o total em exercício na região é de 3412 servidores, por conta dos afastamentos e cedências anteriormente mencionados; 76 são cargos vagos, dos quais 21 são cargos em extinção; dos 55 cargos restantes, passíveis de provimento, 35 estão com processo de nomeação em andamento; a percentagem de servidores na área administrativa é de 17,27%, sendo determinado pela Resolução 63 o máximo de 30% de servidores do quadro lotados em tal área; mencionou que apenas Campinas (TRT15) possui percentual menor que o da 4ª Região. Registrou que entende já ser uma administração enxuta, ratificando que podem existir motivos para remanejo, mas que a possibilidade é pequena. Comentou que prosseguirá apresentando propostas para criação de cargos. Juiz Marcelo informou ao grupo que está sendo encaminhada proposta de criação de cargos específicos para trabalho em juízos de conciliação e mediação e que o CNJ apoiará a criação de cargos para esse fim, em consonância com as diretrizes e políticas para o judiciário que aquele Conselho tem apresentado. Informou que será apresentada proposta em fevereiro e que já houve aprovação de tais cargos para Brasília. Des. Cleusa consultou os presentes sobre a criação da aba no portal VOX para o Comitê de Priorização do 1º Grau, sugerida na reunião de 09 de dezembro, sendo aprovada a proposta. Foi determinado que a administração desta aba ficará sob a responsabilidade da AGE. Des. Francisco mencionou que a demanda da Presidente será analisada pelo Comitê para encaminhamento ao Órgão Especial entre março e abril de 2015. As informações e documentos solicitados pelo Comitê serão encaminhados pela AGE. Ata lavrada por mim, Carolina da Silva Ferreira, Assessora-chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais (AGE). Reunião encerrada às 15h35min.